



O PROCESSO DE ROEDURA DO CONTINENTE AFRICANO E A CONFERÊNCIA DE BERLIM À LUZ DA GEOGRAFIA

Autor(res)

Leandro Do Nascimento Panzuto
Willian Ramos Del Bello Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO

Introdução

De modo geral, este breve resumo expandido tem como objetivo abordar “o processo de ‘roedura’ do continente africano e a Conferência de Berlim” para a compreensão e entendimento do passado à luz da geografia, unindo-a a partir do ponto de vista historiográfico, tornando-o didático ao grande público. A fim de buscar recursos naturais e novos mercados consumidores, mão de obra barata e terras para o cultivo, as grandes nações europeias (Grã-Bretanha, Alemanha, França, Itália, Portugal, Espanha e Bélgica, além dos EUA), sob a perspectiva imperialista ou neocolonialista, iniciaram o processo de colonização definitiva da África (a partir do final do século XIX). Diante disso, busca-se analisar, em linhas gerais, como se deu esse processo de “roedura” do continente africano à luz da geografia e das fontes históricas, a partir do olhar interdisciplinar, a fim de entender a visão que se tem ainda hoje sobre o continente africano.

Objetivo

Abordar “o processo de ‘roedura’ do continente africano e a Conferência de Berlim” para a compreensão e entendimento do passado à luz da geografia, unindo-a a partir do ponto de vista historiográfico, tornando-o didático ao grande público.

Material e Métodos

Ao elaborar este trabalho, buscou-se uma perspectiva bibliográfica, através da qual livros, artigos científicos e autoridades no assunto em questão foram trazidos para este trabalho a respeito do processo de roedura do continente africano e a Conferência de Berlim à luz da geografia. Além do mais, o método a partir do qual este trabalho foi trabalhado consistiu em analisar bibliografias existentes e descrevê-las, comparando-as entre si a fim de tornar o problema, a que o título deste trabalho se refere, mais didático ao grande público.

Resultados e Discussão

Entre os séculos XVI e XVIII, os europeus estavam voltados para a colonização do continente americano, no entanto, a partir do século XIX, a situação começa a mudar, sobretudo quando a maioria dos países colonizados da América começa a se libertar de seus colonizadores, o que levou as nações imperialistas europeias a se interessar, cada vez mais, pelo continente africano, uma vez que este era muito rico em diversas fontes de



matéria-prima, tais como marfim, ouro, madeira e pele de animais. Para colonizar a África, um dos marcos principais foi a Conferência Geográfica de Bruxelas, em 1876, sob a iniciativa do rei belga Leopoldo II (1835-1909), na qual, mesmo sem a presença de Portugal, definiu-se que haveria um patrocínio a fim de explorar e analisar “cientificamente” o continente africano e suas potencialidades.

Desse modo, vê-se, com efeito, que tal conferência escondia um plano geopolítico, pois tanto geógrafos quanto militares foram designados para efetivar a exploração, o que culminou, mais tarde, na criação artificial de fronteiras que os estadistas (com a ajuda dos geógrafos) as impuseram. Ao analisar esse ímpeto inicial do empreendimento de colonização do continente africano, pode-se dizer que a geografia e as nações imperialistas se uniram. De acordo com Magnoli (1994, p. 12): “A Geopolítica é fruto dessa aproximação entre geógrafos e generais, desse encontro histórico entre Geografia e o Estado”, por isso mesmo, grandes estadistas presentes nesse contexto, quer na Conferência Geográfica de Bruxelas, quer na Conferência de Berlim, tais como o já citado rei Leopoldo II e Otto Von Bismarck, chanceler da Prússia, aplicavam os conceitos da geopolítica para conquistar terras além do mar, expandir suas fronteiras e obter recursos (carvão, ferro, borracha e cobre) necessários para suas indústrias em ascensão.

Em 1914, quase todo continente africano já era dominado por uma nação europeia imperialista. Pode-se dizer que a África foi impactada por decisões das quais os africanos foram colocados à margem, já que ninguém os respeitou nas conferências em que suas territorialidades estavam sendo pautadas, discutidas e partilhadas pelos invasores. Apesar da resistência e lutas contra a dominação, os africanos tiveram que viver a realidade da colonização, salvo a Libéria, protegida pelos Estados Unidos, e a Abissínia (hoje chamada de Etiópia) foram territórios relativamente autônomos e soberanos.

Aliás, como destaca Hernandez (2005, pg. 45): “Tratar da partilha europeia e da conquista da África, significa repor o protagonismo europeu no momento em que são traçadas as modernas fronteiras do continente na Conferência de Berlim (1884-1885),” e a autora ainda continua, “(...) desencadeando-se um processo cujas conseqüências se fazem sentir até os dias atuais” (2005, pg. 45).

Antes do século XIX, o continente africano permeava o imaginário coletivo dos europeus os quais tinham a perspectiva de que havia pigmeus, monstros, mistérios e animais exóticos, inclusive a literatura romântica enfatizava muito essas curiosidades em relação ao continente inóspito, cujos poucos viajantes-exploradores se arriscavam em viagens. De acordo com Hernandez (2005 pg. 46): “Impelidos, a princípio, pela necessidade de trigo e outros cereais para abastecimento do reino e, a seguir, pelos ganhos com metais preciosos e especiarias, a meta dos ‘viajantes-exploradores’ financiados pelo rei de Portugal (...)”, daí podemos ter uma ideia sobre os reais interesses que, por conseguinte, impeliavam os europeus ao continente em virtude da abundância de alimentos, além de outros recursos. Além disso, os missionários tanto católicos quanto protestantes — estes últimos mais posteriormente — faziam algumas viagens buscando converter os povos “bárbaros”, “inferiores” e “ignorantes” os quais precisavam de princípios e valores superiores, enquanto seus costumes, religiões e características eram discriminadas, ridicularizadas e ignoradas.

Conclusão

Portanto, foi feita a partilha das terras africanas sem levar em conta os grupos étnico-raciais, conflitos e tradições milenares que faziam parte da identidade, da cultura e do repertório mental, prejudicando até hoje o desenvolvimento do continente africano. No entanto, não podemos nos esquecer de que a África, mesmo depois desse processo de colonização, alcançou sua autonomia política, seja através da luta armada, seja através da negociação. Hoje podemos dizer que há um movimento em prol de se evidenciar as riquezas do continente africano, a fim de desconstruir a ideia de que na África só h



Referências

HERNANDEZ, Leila Maria G.L. A África na Sala de Aula: uma visita à história contemporânea. 4ª. ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MAGNOLI, Demétrio. O que é Geopolítica. 4ª. ed. São Paulo: Brasiliense. 1994.

PENNAFORTE, Charles. África: horizontes e desafios no século XXI. 2ª. ed. São Paulo: Biblioteca Campus Linhares, 2013.